



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2022

(Do Sr. Rogério Correia e outros)

Requer a convocação do ministro Victor Godoy a fim de esclarecer os indícios de superfaturamento, crime de tráfico de influência e improbidade administrativa no Ministério da Educação, em relação à aquisição e distribuição de ônibus escolares, bem como na aquisição de kits robótica com sobrepreço e irregularidades na distribuição aos municípios, e ainda os critérios técnicos adotados em relação à política de educação para a alocação dos recursos orçamentários nos programas e distribuição aos municípios.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos artigos 117, II e 219, § 1º, do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do ministro Victor Godoy a fim de esclarecer os indícios de superfaturamento, crime de tráfico de influência e improbidade administrativa no Ministério da Educação, em relação à aquisição e distribuição de ônibus escolares, bem como na aquisição de kits robótica com sobrepreço e irregularidades na distribuição aos municípios, e ainda os critérios técnicos adotados em relação à política de educação para a alocação dos recursos orçamentários nos programas e distribuição aos municípios.

JUSTIFICAÇÃO

A preocupante crise nas políticas educacionais levadas a efeito pelo Governo Federal tem atingido os vários segmentos, da creche à universidade, o que se tornou ainda mais grave em face da ineficiente atuação no combate à pandemia da COVID.

Incremento no índices de evasão escolar, a diminuição de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio e tentativa de interferência nos critérios técnicos relativos às questões dos exames, a queda substancial na alocação orçamentária para gastos em educação se comparada ao período de 2009 a 2015, diminuição da oferta e atraso no pagamento de bolsas de estudos na graduação e pós-graduação, gerando evasão e impossibilidade de permanência no curso, comprometimento dos indicadores educacionais por ação deliberada do Governo impedindo ou dificultando a avaliação das políticas de educação, a gestão desastrosa que leva o Ministério a ter cinco ministros da educação em menos de 4 anos são alguns dos problemas que marcam este triste período, com retrocessos evidentes e perspectiva real de diminuição nos índices educacionais no Brasil, são algumas dos graves problemas observadas no mandato do atual governo.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226879526600>



Esta ação deliberada de desmonte ou desconstrução das políticas públicas de educação no Brasil, afirmada como método pelo próprio Presidente da República, agora é associada à prática reiterada de corrupção em processos licitatórios na aquisição de insumos educacionais, comprometendo substancialmente não só a eficiência dos gastos públicos, mas sobretudo a própria política educacional.

A aquisição de ônibus escolares com sobrepreço, conforme apurado pelo Tribunal de Contas da União, inclusive desatendendo a recomendações das áreas técnicas do próprio FNDE é agravada pelo fato de que o acesso dos municípios ao programa dependia da mediação dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, que cobravam propina para a apresentação dos projetos e mesmo assegurar a liberação dos recursos.

Os pastores dispunham de acesso privilegiado às dependências do MEC e mesmo da Presidência da República. Conforme revelou o áudio tornado público e confirmado em depoimento à Polícia Federal por determinação do Supremo Tribunal Federal, o ex-ministro Milton Ribeiro, admitiu que atendia aos pastores por determinação do próprio Presidente da República. Os pastores, denunciados por vários prefeitos, contavam com a colaboração do ex-Ministro, bem como foram recebidos pelo atual ministro Victor Godoy, então secretário-executivo do MEC.

A aquisição de kits de robótica, que deveria ser uma política pública que incrementasse o ensino e aprendizado na era digital, acabou se tornando outro caso emblemático de grave distorção da política pública à medida que além de indícios de superfaturamento, seriam destinadas a escolas em pequenas cidades em Alagoas, que não dispõem de infraestrutura básica como água encanada e insuficiência de salas de aula, ou mesmo de computadores e acesso à internet.

O Tribunal de Contas da União – TCU determinou a suspensão das aquisições não somente pelos indícios de sobrepreço, mas também em função da ausência de critérios técnicos que sustentem a destinação dos equipamentos.

Tratam-se de fatos gravem em si, mas que ganham ainda maior relevância à medida que comprometem a própria eficiência dos programas aos quais as aquisições se destinariam, mas também no que diz respeito à própria eficiência da gestão pública, notadamente em razão da tão propalada atribuição de responsabilidade das ineficiências governamentais aos servidores públicos e à própria estrutura da administração pública, sendo este um dos fundamentos usados pelo Governo para apresentar a proposta de emenda constitucional nº 32, a título de reforma administrativa.

O esclarecimento destas questões e os impactos na gestão das políticas de educação pelo atual Ministro da Educação Victor Godoy é imprescindível para que essa Comissão possa se apropriar dos fatos e dispor de subsídios para que desempenhe adequadamente suas competências institucionais.

Brasília, 28 de abril de 2022

Rogério Correia
Dep. PT/MG

